



Reescrita de si: produções de escritoras subalternizadas em contexto de políticas culturais

Jailma dos Santos Pedreira Moreira*

O presente ensaio propõe-se a uma reflexão sobre produções de escritoras subalternizadas, em específico o processo de produção de uma outra subjetividade feminina: a escrita de si, tematizando também, ainda que de forma breve, o lugar dessas produções, o direito de tornar-se escritora. Para tanto, serão considerados depoimentos de escritoras em dois eventos que tematizaram a literatura de autoria feminina e seus modos de produção, planos de políticas culturais e para mulheres no Brasil. Além disso, contemplaremos os estudos de gênero, autobiográficos e culturais feministas. Nessa linha, esperamos trazer para a cena o deslizamento difícil do tornar-se escritora, tornar-se outra mulher, implicando a modificação de uma cultura, do valor literário na afirmação do poder da linguagem, da escrita, da leitura – bem como a presença-ausência do Estado nesse processo.

Procuramos nos deter mais especificamente na textualidade de escritoras negras e de mulheres de Alagoinhas, município do estado da Bahia, que estão seguindo nesse caminho, focalizando, em inter-relação com outros fragmentos textuais, trechos dos depoimentos que elas deram em dois eventos científicos. Ao fim, também buscamos fazer uma breve reflexão sobre o lugar das

* Professora adjunta da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

produções literárias femininas e o direito de estas virem a lume em políticas culturais e para mulheres no Brasil.

Para iniciar, talvez devêssemos contextualizar um pouco os eventos que servem de mote e suporte para nossa discussão. O primeiro trata-se do Seminário Mulher e Literatura, realizado em Brasília, em 2011, que tematizou a palavra e o poder. Deste, referimo-nos mais objetivamente às mesas-redondas compostas por escritoras negras. O segundo trata-se da Roda de Conversa entre Conceição Evaristo e Escritoras de Alagoinhas e Região, encontro promovido em 2012, em Alagoinhas, que propunha uma discussão, via relatos das escritoras, sobre seus modos de produzir e fazer circular seu texto e o sentido que atribuem à sua escrita.¹

Nos dois eventos, as relações entre linguagem e poder se fizeram perceptíveis; também a dificuldade de tornar-se escritora, tornar-se outra mulher, rompendo uma cultura patriarcal e revitalizando a literatura no seu imbricamento com a vida, pela via da metaforização e não pela busca causal do real, como nos alerta Eneida Maria de Souza (2011), ao tratar da crítica biográfica e auto-biográfica, de sua potência e de suas armadilhas.

A primeira dificuldade que talvez devêssemos ressaltar é de autopercepção de poder ser outra, poder ser escritora. Percebemos

1 O primeiro evento, um seminário do GT da Anpoll Mulher e Literatura, foi realizado em agosto de 2011, no campus da UnB, em Brasília. Das mesas citadas, fizeram parte escritoras negras como Esmeralda Ribeiro, Lia Vieira, Geni Guimarães, Cristiane Sobral, Conceição Evaristo, Ana Maria Gonçalves e Miriam Alves, assim como as autoras africanas Odete Semedo, Vera Duarte e Sônia Sultuame. O segundo evento, promovido pelo colegiado do Mestrado em Crítica Cultural e da Graduação em Letras, foi realizado, em março de 2012, no campus II da UNEB, Alagoinhas-BA. Dele participaram Conceição Evaristo e as escritoras locais/regionais: Luzia Sena, Luana Cardoso, Jaci Leal, Ana Gabriela Pio e Alda Mota. Ressaltamos que os fragmentos dos depoimentos das escritoras citadas neste texto que não tiverem indicação de fonte foram colhidos/registrados nesses dois eventos.

isso nos relatos. Em Alagoinhas, as escritoras locais e regionais, em sua maioria, afirmaram não se perceber como tais, ou reforçavam a dúvida: “Não sei se sou escritora, só sei que escrevo”. Para além de uma preocupação com um possível cânone que define quem é ou não escritor/escritora, para além de uma possível timidez frente à presença de Conceição Evaristo, escritora negra do Sudeste do Brasil, que tem livros mais lidos e uma formação acadêmica como doutora, a reiteração da dúvida – “não sei se sou escritora” – nos leva à confirmação de uma dificuldade construída, que se mostrava e se repetia, de forma diversa, nos relatos que cada uma fazia de si.

No encontro em Brasília, a escritora Cristiane Sobral reafirmou a importância de estar alerta a uma percepção de si que engendra uma autonegação, quando disse: “Cuidado com as armadilhas, pois estou vendo com o espelho do outro”. Nessa linha, é oportuno refletirmos sobre nosso pensar, pois este já parece formatado por uma racionalidade patriarcal.

Seria importante desconfiar das ausências, do naturalizado, como fez Esmeralda Ribeiro, ao afirmar, respondendo à primeira pergunta feita aos integrantes de sua mesa, que o processo de afirmação da identidade feminina negra no Movimento Negro começou com uma pergunta: “Onde estão minhas irmãs escritoras?”. Segundo ela, em um encontro de escritores, criaram um subtítulo que apontava para as especificidades, obrigando os homens a ouvi-las. No segundo encontro, no Rio de Janeiro, elas já estavam falando da literatura negra. Por isso, reforçou que “a dificuldade também é nossa, de nos vermos como escritoras”. Em demonstração de consciência da dificuldade de deslocar tal olhar, salientou ainda que se trata de um processo de construção e, ao mesmo tempo, suplemento de desconstrução.

Luzia Sena, escritora que participou da Roda de Conversa com Evaristo, também comentou que por algum tempo escondeu seus escritos, ou os engavetou, não acreditando que podiam traduzir o modo de produção que assumia. Prática comum, inclusive, a várias outras escritoras da região, conforme confirma o seguinte depoimento de Alealda Portugal: “Quanto à vida de escritora, há dificuldades muitas, [...], a gente escreve os poemas, eles ficam escondidos nas gavetas”.²

Já a escritora Geni Guimarães, no Seminário Mulher e Literatura, fez um relato contundente de como seu gesto de ousar escrever, ousar denominar-se/enxergar-se como escritora implicou um ataque à percepção, conformada nos moldes patriarcais, que seu companheiro tinha dela – o que resvalou no jogo entre se ver e ser vista, no definimento dele e, em outro nível, também dela, como afirmou: “Eu, saindo de casa, me recusando a fazer as tarefas domésticas, foi criando em meu marido um sentimento de inferioridade e ele morreu em 2003. Eu sou humana, me pesou”. Guimarães fala do estado de depressão em que ficou por causa desse fato e, com isso, de sua ausência, por um tempo, da cena da escrita. Sua fala, como já dissemos, reflete a dificuldade de lidar, de reescrever, rasurar o texto prescrito pelo olhar lançado a ela. A dificuldade de tornar-se outra, diferente da já vista/definida, de tornar-se escritora, configurando uma percepção/ação/existência diferencial para mulheres.

2 Diferentemente dos demais, esse depoimento foi retirado de entrevista concedida pela escritora em novembro de 2010, na UNEB campus II, durante o 2º Fórum de Crítica Cultural e II Seminário sobre Modos de Violência Contra Mulheres e de Lutas a Favor dos Direitos Humanos.

Como já assinalamos, a dificuldade da autopercepção da possibilidade de ser outra ou, no caso de Geni, de levar adiante essa percepção diferencial de si deriva da relação de forças entre o se ver e o ser visto. Ou seja, não foi à toa que mulheres introjetaram uma imagem de si como não-escritoras, visto que não foi esse o papel predestinado a elas. Pelo contrário, a cultura patriarcal e capitalista as destinou ao campo da reprodução, tornando cada vez mais invisível sua força produtiva, nos moldes de uma exploração, daí a dificuldade de esse sujeito feminino se conceber como produtor textual. A cultura patriarcal demarcou a visão do companheiro de Geni; construiu também nele e com ele sua percepção de homem, de sujeito, frente à identidade da companheira. Percepção ou identidade fixada pelo marido de Geni, que, como já indicamos, não suportou a rasura do outro olhar sobre si lançado pela esposa. Daí, mais uma vez, a consciência do processo construído, das subjetividades sedimentadas e dos conflitos de seu deslocamento.

Assim, as mulheres, de uma forma geral, em contraponto ao atribuído/concebido para homens, foram excluídas do campo da produção, foram definidas como sujeitos que não pensam, que não podem votar e escolher representantes políticos que norteiem os rumos da nação. Prova disso encontramos na considerada primeira onda feminista, ou seja, na luta pelo sufrágio feminino. As mulheres, de um modo geral, foram percebidas e conceituadas como sujeitos não dotados de mente, somente de corpo-propriedade de outro; mulheres destinadas a uma tríplice função: ser mãe, esposa e dona de casa. Portanto, deveriam preocupar-se somente com isso: com os filhos, com o marido e com o lar.

No que diz respeito à mulher negra, há semelhanças e diferenças que reforçam sua desvalorização. Como nos diz Miriam

Alves (2010), a mulher negra sempre foi vista por uma lente que a associava a uma suposta essência escrava, à promiscuidade, à sujeira, ao objeto sexual, muito mais ao trabalho doméstico bruto do que a mulher branca, por vezes tratada como sinhazinha.

Conceição Evaristo, em Alagoinhas, discorrendo sobre as peculiaridades do tornar-se escritora negra, reforçou: “Espera-se que a mulher negra rebole” (acrescentaríamos: que nunca seja capaz de escrever). Alda Pereira, também negra, residente em Alagoinhas, completou, traduzindo sua surpresa ao perceber-se com capacidade de escrever e reescrever, ao encontrar-se com outras escritoras negras, com seus textos: “Fiquei feliz em saber que negra escreve”.

Assim, o ato de perceber o outro, de se perceber a partir dessa prerrogativa, faz deslizar o signo fixado, cria uma existência, produz uma subjetividade cultural, nesse caso, da escritora. Uma subjetividade cultural/real construída, como demonstramos, sob o signo da desigualdade, uns podendo e recebendo uma valoração positiva, geralmente o sujeito masculino, e outros, geralmente o sujeito feminino, recebendo uma negação e um desvalor. Considerando as demarcações socioculturais aliadas ao gênero, bem como à classe social, à raça, à geração, à regionalidade etc., essas desigualdades tendem a se acentuar. É por isso que perguntamos que condições foram dadas a mulheres, nesse caso, mulheres negras, mulheres do interior do Nordeste do Brasil, de produzirem literatura, de tornarem-se escritoras.

Sobre isso é exemplar uma passagem de *Um teto todo seu* em que Virginia Woolf (1985) afirma a necessidade de a mulher ter um espaço próprio para produzir, para escrever, e aponta a dificuldade de consegui-lo, diante das várias outras obrigações que lhe foram atribuídas e que a desvalorizam como produtora. Woolf

discorre sobretudo acerca da necessidade de independência econômica e, mais ainda, de independência subjetiva, de um campo de ação subjetiva, para que possamos nos sentir com possibilidade de produzir e, de fato, lutar por isso, por condições para isso, pelo reconhecimento desse ofício. Woolf provoca todos nós ao perguntar por que autores consagrados geralmente não são mulheres, para em seguida responder, com uma nova indagação, acerca das condições oferecidas às mulheres para que esse feito se realizasse. Apesar disso, Woolf confirma a fala potente e sempre presente do sujeito feminino quando revela que desconfia que todo autor anônimo do passado era, na verdade, uma mulher.

Assim, que condições foram dadas às mulheres de falarem? De fazerem circular seus textos, possibilitando visibilidade e leitura? Para voltarmos ao princípio básico do domínio do código escrito, até perguntaria que condições tiveram de estudar e se tais condições se fizeram sob o signo da igualdade. Para esta pergunta, o depoimento de Luzia Sena foi relevante, visto que relatou a realidade de uma mulher sertaneja, nordestina:

Em Alegrete tinha uma única escola. Papai botou todos. Eu já estava com nove anos. Estudei a primeira série, mas aí pronto, foi só essa. Meu pai não deixou. Pronto, já sabe ler e escrever, não precisa mais. Aí eu dizia: ah, pai, eu quero é ser professora! Aí eu recebia muitos gritos: filha de pobre que sabe assinar o nome e escrever alguma coisa já está bom demais!

Sena afirmou que aprendeu a ler sozinha, escrevendo em uma folha de palma, planta peculiar da caatinga, vegetação típica do semiárido baiano, região onde nascera e vivera sua infância antes de

se mudar para Alagoinhas. As dificuldades para garantir acesso ao código escrito e seu manejo continuaram: “O primeiro texto, depois que eu fiz, levei duas surras”. Com isso, percebemos que as condições de acesso não eram as mesmas para todos. No que diz respeito a mulheres negras, sabemos do passado de escravatura imposto a negros e negras, da falta de condições para sobreviverem depois de terem ajudado a construir/ampliar a riqueza brasileira. Hoje, as cotas funcionam como forma de reparação desse tempo de desigualdade, que ainda persiste. É por isso que Lia Vieira, na mesa de escritoras negras, em Brasília, afirmou: “Nosso escrever é doído, é sofrido. Pela nossa história de vida a gente não tem aquele espaço”.

São essas percepções de mulheres, essas condições precárias ou inexistentes que subalternizam a escrita feminina, tentam apagar sua potência, interditar o discurso feminino. Michel Foucault (1996) alerta quanto aos modos de seleção e exclusão que perfazem nossa sociedade. Chama a atenção para o fato de que não é qualquer pessoa, em qualquer lugar, que pode falar qualquer coisa. Esses mecanismos de interdição acentuam a anulação da voz feminina, do sujeito mulher que ousa escrever. Assim, se a mulher for negra, pobre, de um local fora do considerado centro, o sistema de exclusão/subalternização, por exemplo, é reforçado.

Se o subalterno, nesse caso, subalterna, é justamente aquela que não fala, segundo Gayatri Chacravorty Spivak (2010), com essas escritoras, seus relatos, fragmentos compoem uma sintaxe, devemos também pensar em um processo de construção de uma subalternidade em oposição à sua naturalização. Devemos, portanto, pensar em subalternização e, nessa teia, verificar os modos de fala, de escrita, de escape desse teto patriarcal prescrito. Sendo assim, essas mulheres falam, enchem de palavras um silêncio

histórico, como nos diz Laura Cavalcante Padilha (1999), e criam estratégias contra um capital patriarcal etnocêntrico para produzir e fazer circular seus textos.

Cientes de que sua escrita é forjada todo dia, um labor cotidiano, como fez ressoar Lia Vieira, tais mulheres insistem em escrever, ou melhor, em reescrever seu texto subjetivo e, por conseguinte, no movimento de inter-relação, também o texto dos outros. Como disse Evaristo em Alagoinhas: “A gente insiste. Se eu não escrevesse, eu adoeceria”. Esta insistência revela táticas de burlar os mecanismos de controle, de apagamento e exclusão. Com isso, mulheres criaram uma editora que em seu início não foi considerada, como nos relatou Zahide Lupinacci Muzart (2010) sobre a recepção da Editora Mulheres, que começou como uma empreitada de fundo de quintal, muitas vezes menosprezada por ter sido construída por mulheres aposentadas. No caso das escritoras de Alagoinhas, muitas delas se associam à Casa do Poeta de Alagoinhas (Caspal), instituição hoje coordenada por uma escritora que busca, em meio a condições extremamente precárias, apoiar a produção e a circulação dos livros.

Em se tratando das escritoras negras, segundo Lia Vieira, os *Cadernos Negros* são um divisor de águas. Evaristo, em Alagoinhas, reforça esse modo de produção, conceituando-o como uma forma cooperativa. Além disso, percebemos que muitas se utilizam de blogs e outros recursos tecnológicos virtuais para fazer seus textos circularem, perfurando o monopólio de um mercado hegemônico. Algumas escritoras de Alagoinhas explicitam que o custeio dos livros geralmente é próprio e que as editoras, escassas na região, são substituídas por outras de grandes centros. Lutam também, de formas diversas, pela inserção de seus textos nos ambientes escola-

res, garantindo, como nos disse Lia Vieira, que a escrita estabeleça pontes. Resumindo, para lembrarmos a já citada palavra “construção”, Evaristo, em Alagoinhas, definiu suas estratégias alternativas como um “trabalho de formiguinha”, visto que, aonde vai, carrega um livro para divulgar. E foi isso que vimos nos lançamentos, nos pós-encontros, em Alagoinhas e em Brasília. O trabalho alternativo de divulgação, com apoio de editoras pequenas, como a Nandyala, que publica textos de escritores e escritoras negras, rendendo frutos, uma legião de leitores fazendo filas numerosas, ávidos por uma fala diferencial, que não necessariamente emerge, visto que o espelho pode continuar sendo o mesmo.

Entretanto, tais produção e circulação alternativas, considerando toda a sorte de dificuldades que perpassam o tornar-se escritora, implica uma literatura que é “escrevivência”, como define Evaristo. Em Brasília, a escritora reforçou o termo ao esclarecer que a “escrevivência” não deve ser entendida “como estória de ninar os da casa-grande e sim para incomodar seu sono”. Evaristo prossegue, contando que sua escrita traz a marca da modificação, visto que já “nas redações escolares inventava um outro mundo”. Sendo assim, a cena da escrita seria o “lugar de autoafirmação como sujeito mulher negra”. Segundo suas palavras, “escrever proporciona uma autoinscrição nesse mundo”.

A apropriação discursiva, pela maioria dessas escritoras, revela a percepção do perigo da fala; ativa este perigo na escrita, sangrando palavras e engendrando um contradiscurso. Concebe uma outra percepção de si, que se faz no ato de escrever, no ato de relatar sobre si. A escrita/fala matando o sujeito e fazendo-o resurgir. Isto nos lembra o relato de Geni Guimarães, quando traduz a recepção de seu companheiro frente ao seu tornar-se escritora,

seu reescrever: “Ele dizia: como você ousa sair, dizer no jornal que não tem dono, quando eu sou seu dono?”. Geni, após descrever as implicações de todo esse complexo, como já informamos, também disse: “Estou saindo de um processo de depressão, de pânico. A literatura tem sido minha cura”. Nesse jogo, de (re)constituição de si, a linguagem figura como potência de asfíxiar, tanto quanto de oxigenar, de válvula de escape para outra vida.

É esse dispositivo autobiográfico que as escritoras subalternizadas engendram, promovendo a reescrita de si ou a autopercepção ficcional, passível de uma outra metaforização. É com essa percepção/ação que essas mulheres relatam suas vidas, questionando, como Esmeralda Ribeiro: “Quem disse que meu lugar é na cozinha? Depois de moídas as palavras, nada mais é sólido! Mexer o cardápio-palavra no sentido anti-horário! Lugar de negra não é só na cozinha”.

Nessa linha do contradiscurso e seguindo os propósitos de remodelação de signos sobre si, conjugando o literário ao biográfico, Cristiane Sobral recita: “Não vou mais lavar os pratos, nem limpar a poeira dos móveis, sinto muito: comecei a ler”. Com tudo isso, perceberemos a reinvenção de uma cultura marcada pelo signo patriarcal, a autopercepção que se traduz como autoficção, nos moldes propostos por Leonor Arfuch (2010), como um deslizamento, via relatos de si conscientes de sua ficcionalidade e sem compromisso com certa referencialidade. Ou ainda, na esteira de Souza (2011), autoficção como encenação de subjetividades, recriação de si, sem obsessão por reprodução. Nas palavras da escritora Cristiane Sobral, mas que serve a outras: “Escrever é a arte de contar/cortar. Escrever é o meu grito de liberdade”.

Apesar da dificuldade de tornar-se outra, tornar-se escritora, o discurso implica um acontecimento que aponta para demandas.

Nessa linha, o difícil agora também é, sem essencializar o gênero, mas acreditando numa possibilidade de outra percepção, visualizar essa literatura não mais sob o parâmetro considerado – ainda e somente – estético universal.

Outra demanda a se colocar em pauta, após a reflexão trazida, diz de como as políticas culturais, no contexto atual de institucionalização de políticas públicas, tanto para as mulheres como para a cultura, no Brasil, tem contemplado, ou não, tal questão. Ou seja, qual o lugar da literatura de autoria feminina, da literatura de escritoras negras, da literatura produzida por mulheres nos diversos cantos do país em políticas públicas culturais?

Considerando os passos dados pelo Ministério da Cultura desde a formulação e articulação, em 2002, passando pelas etapas de diagnóstico e definição de diretrizes gerais, consolidação e votação, até, por fim, a implementação do Plano Nacional de Cultura³ em 2011/2012, nos perguntamos como esse documento contempla a problemática da produção de autoria feminina. O plano resultou, como dissemos, de várias etapas processuais que apontaram para um diálogo constante com a sociedade civil organizada, nos diversos territórios da nação brasileira, ouvindo suas proposições através de instrumentos como seminários e principalmente através das conferências realizadas em parceria com o poder público estadual e municipal, reforçando uma interação/participação pretendida e até estipulada no documento.

É esse quadro caracterizado como de institucionalização que Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo (2010) desenha, des-

3 Cf. todas as informações a respeito desse plano no site <http://www.cultura.gov.br/site/2011/05/26/plano-nacional-de-cultura-21>. Acesso em agosto de 2012.

tacando as ações de feministas na academia e fora dela, através de militâncias diversas: formando redes, fazendo pesquisas para subsidiar o debate político, ingressando em cargos públicos, lutando e promovendo políticas nessa linha. É também nesse contexto de institucionalização de proposições feministas – que resultaram em intervenções como a criação do II Plano Nacional de Políticas para Mulheres, fruto também da escuta da sociedade organizada, com destaque para grupos de mulheres, principalmente via mecanismos de conferências e de amadurecimento desse diálogo, já que estamos no segundo plano – que procuramos indagar sobre o lugar da produção literária de autoria feminina nessa esfera, nesse documento.

Basta uma olhada breve nos dois documentos citados para constatar que não há uma alusão explícita à produção literária de autoria feminina, entretanto o texto tem brechas, por vezes bem abertas, para que tal questão seja tratada.

No capítulo I do Plano Nacional de Cultura, intitulado “Do Estado”, no âmbito das estratégias e ações, no item 1.10.12, encontramos a seguinte proposição transfigurada em competência: “Promover políticas, programas e ações voltados às mulheres, relações de gênero e LGBT, com fomento e gestão transversais e compartilhados”. O capítulo II (“Da diversidade”), que procura reconhecer e valorizar a diversidade, protegendo e promovendo as artes e expressões culturais, no campo das estratégias e ações, propõe, no item 2.1.14, “fomentar políticas públicas de cultura voltadas aos direitos das mulheres e sua valorização, contribuindo para a redução das desigualdades de gênero”. O capítulo III (“Do acesso”) deixa visível a ênfase em todas as regiões do país e na diversidade de expressões, e, nessa trilha, propõe, no item 3.5, “ampliar a circulação da produção artística e cultural, valorizando as expressões locais e

intensificando o intercâmbio no território nacional”. O plano propõe ainda, no capítulo V (“Da participação social”), o fortalecimento dos conselhos, como instância de consulta, monitoramento e debate, o lugar, neste, de representantes diversos da sociedade, por exemplo, de mulheres, e a articulação dessa instância com outras voltadas para políticas públicas de áreas afins.

Portanto, como dissemos, em meio à amplitude do plano, encontramos proposições que apontam para a promoção de políticas e ações voltadas para mulheres e relações de gênero, uma preocupação com a diversidade, e, nessa linha, há propostas de políticas públicas voltadas para os direitos das mulheres e sua valorização, deixando perceptível um reconhecimento das desigualdades de gênero e uma luta encetada contra estas. Além disso, percebemos no plano uma preocupação com a regionalidade e a diversidade de expressões, traduzindo-se na proposta de ampliação da circulação das produções locais, favorecendo o intercâmbio, e em um reforço à importância dos conselhos nessa institucionalização e à participação, no caso de mulheres, nessa instância, que seria consultiva, de monitoramento e de debate.

Então, como podemos perceber, a literatura de autoria feminina, embora não citada literalmente, entra nessas propostas a partir do momento em que elas lembram os direitos das mulheres e as desigualdades de gênero, solicitando também a participação ativa das mulheres no debate.

No que diz respeito ao II Plano Nacional de Políticas para Mulheres,⁴ percebemos que a questão da literatura de autoria femi-

4 Informações sobre o II PNPM podem ser encontradas no site <http://www.sepm.gov.br/npnm/sistemas-de-acompanhamento-do-pnpm>. Acesso em novembro de 2011.

nina novamente não se faz presente de forma literal, entretanto suas linhas deixam em aberto a inserção dessa discussão.

Apesar de as propostas trazidas no II PNPM serem significativas e de grande relevância social, dos onze temas apresentados, dois, em alguma medida, dão a oportunidade para se lidar diretamente com a questão da literatura feminina e a violência imposta à mulher. O primeiro que destacamos, traduzido no capítulo IV (“Enfrentamento de todas as formas de violência contra a mulher”), visa criar medidas nacionais que interfiram nas diferentes formas de violência à mulher. Nesse caso, podemos considerar como violência também o silenciamento imposto a diversas autoras de nossa literatura, que por vezes têm sua produção literária menosprezada e invisibilizada. O segundo, transcrito no capítulo VIII (“Cultura, comunicação e mídias igualitárias, democráticas e não discriminatórias”), tem como objetivo “contribuir para a construção de uma cultura igualitária”, assim como dar visibilidade à produção cultural feminina em âmbito nacional.

Considerando as experiências relatadas pelas escritoras nos eventos citados anteriormente, mais uma vez nos perguntamos sobre como essa cultura igualitária tem se concretizado em diversos lugares do Brasil; como a produção de autoria feminina, incluindo não só a de escritoras já conhecidas do grande público, mas a de escritoras mais regionais, ainda subalternizadas, escritoras negras, tem sido apoiada no que diz respeito a seu processo de produção, circulação e consumo; como o Plano Nacional de Políticas para Mulheres tem chegado a diversos espaços e grupos de escritoras, combatendo uma espécie de violência prático-discursiva que ceifou da mulher sua potência de dizer-escrever, que anulou a possibilidade de circulação e escuta de sua fala, reforçando a desvalorização de sua produção cultural.

No Plano Nacional de Cultura, uma ação primordial é a própria ampliação do conceito de cultura, delineado sob uma ótica que o define como expressão simbólica, como potencial para o desenvolvimento econômico e principalmente como direito de cidadania, ou seja, direito a ter acesso aos meios de produção, difusão e fruição dos bens e serviços da cultura. Parece-nos, lembrando as falas das escritoras aqui retratadas, que o direito de produzir, inclusive uma outra imagem para si, ainda está sendo caro para mulheres que ousam (re)escrever; ainda está sendo conquistado no embate, sem o amparo necessário de políticas efetivas.

Referências

- ALVES, Miriam. *BrasilAfro autorrevelado. Literatura brasileira contemporânea*. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.
- ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Tradução de Paloma Vidal. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.
- ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite. “Marcas de novas institucionalidades nas universidades criadas por núcleos e redes acadêmicas e feministas”. In: _____. *Pensando gênero e ciência. Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisas 2009, 2010. Presidência da República*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2010.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.
- MUZART, Zahide Lupinacci. “Uma editora de fundo de quintal: a Editora Mulheres”. In: STEVENS, Cristina (org.). *Mulher e literatura – 25 anos: raízes e rumos*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.
- PADILHA, Laura Cavalcante. “Silêncios rompidos: a produção textual de mulheres africanas”. In: REIS, Livia de Freitas; VIANNA, Lucia Helena & PORTO, Maria Bernadette (orgs.). *Mulher e Literatura. VII Seminário Nacional*. Niterói: EdUFF, 1999.

RUBIM, Antônio Canelas. “Políticas culturais do governo Lula/Gil: desafios e enfrentamentos”. In: _____ & BAYARDO, Rubens (orgs.). *Políticas culturais na Ibero-América*. Salvador: EdUFBA, 2008.

SOUZA, Eneida Maria de. *Janelas indiscretas: ensaios de crítica biográfica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

SPIVAK, Gayatri Chacravorty. *Pode o subalterno falar?* Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.